

# POR QUE **GOVERNAR A IA** NO CENÁRIO DE INCERTEZA REGULATÓRIA?

- Por que governar a IA no cenário de incerteza regulatória?
- O ambiente é regulado e exige atenção
- O *enforcement* já é uma realidade no Brasil
- A IA como um novo pilar estratégico no ESG empresarial
- Governar IA é melhorar as condições de inovação e a eficiência operacional
- Quais são os riscos que podem decorrer da falta de governança de IA?
- Framework para governar IA em um cenário de incerteza regulatória

# SUMÁRIO

Sobre nós .....	4
Por que governar a IA no cenário de incerteza regulatória? ...	5
1. O ambiente é regulado e exige atenção.....	6
2. O <i>enforcement</i> já é uma realidade no Brasil.....	7
3. A IA como um novo pilar estratégico no ESG empresarial..	10
4. Governar IA é melhorar as condições de inovação e a eficiência operacional .....	12
5. Quais são os riscos que podem decorrer da falta de governança de IA? .....	13
6. Framework para governar IA em um cenário de incerteza regulatória.....	16



Direito,  
Inovação  
& Tecnologia

## SOBRE NÓS

O VLK Advogados entende o Direito como instrumento para impulsionar a inovação, o sucesso dos negócios e uma sociedade mais próspera e justa.

Participamos ativamente da construção de marcos regulatórios e de centenas de projetos inovadores, o que nos permite antecipar tendências e gerar segurança jurídica para viabilizar negócios nas seguintes áreas:

- Governança Ética e Proteção de Dados
- Inteligência Artificial
- Segurança Cibernética e Resposta a Incidentes
- Economia Criativa, Legal Marketing e Propriedade Intelectual
- Legal Design e Visual Law
- Advocacy e Regulação Estratégica de Tecnologia
- Contencioso Estratégico

[COMUNICACAO@VLKLAW.COM.BR](mailto:COMUNICACAO@VLKLAW.COM.BR)

E-book "Por que governar a IA no cenário de incerteza regulatória?", de 29 de janeiro de 2025.

CC BY-ND - Esta licença permite cópia e distribuição do material em qualquer meio ou formato apenas de forma não adaptada e apenas desde que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.



## Por que governar a IA no cenário de incerteza regulatória?

A governança da Inteligência Artificial (IA) transcende a conformidade legal, posicionando-se como vantagem estratégica para empresas que desejam ser líderes em ambiente regulatório dinâmico e em constante transformação. A governança robusta promove eficiência operacional, facilita a inovação ao garantir que a estratégia de negócios esteja alinhada com o uso ético e responsável da tecnologia e fortalece a confiança de clientes e parceiros de negócios, consolidando a reputação da empresa no mercado.

Apesar de o Brasil ainda não ter legislação específica para IA, o atual cenário jurídico já impõe nível de maturidade que exige a mitigação de riscos e adoção de medidas no desenvolvimento e uso da IA.



*Por que governar a IA em um cenário de incerteza regulatória?*

## 2. O enforcement já é uma realidade no Brasil

### 1. O ambiente é regulado e exige atenção

Precisamos quebrar o mito: a IA já é regulada! Empresas que desenvolvem e utilizam IA operam em contexto no qual leis federais, como o Código Civil, Código de Defesa do Consumidor (“CDC”), Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e normas setoriais estabelecem parâmetros que merecem atenção.

Organizações que já priorizam governança em IA têm maior capacidade de atender a essas exigências regulatórias, enquanto demonstram aos clientes e parceiros comerciais compromisso com a ética e a responsabilidade. Sistemas de IA que estão alinhados com boas práticas e padrões internacionais (como normas da ISO e o NIST AI RMF) apresentarão diferenciais competitivos, melhor navegando o complexo cenário regulatório.

A LGPD, por exemplo, estabelece princípios e direitos que, de maneira geral, alinham-se aos padrões internacionais de IA responsável, como os previstos pela OCDE[1], e são aplicáveis quando os sistemas de IA envolvem o tratamento de dados pessoais. Por exemplo, é improvável atender aos princípios de

transparência e aos direitos previstos no art. 20 da LGPD sem observar o princípio da OCDE de “transparência e explicabilidade”.

Organizações que já priorizam governança em IA têm maior capacidade de atender a essas exigências regulatórias, enquanto demonstram aos clientes e parceiros comerciais compromisso com a ética e a responsabilidade. Sistemas de IA que estão alinhados com boas práticas e padrões internacionais (como normas da ISO e o NIST AI RMF) apresentarão diferenciais competitivos, melhor navegando o complexo cenário regulatório.

Organizações que já priorizam governança em IA têm maior capacidade de atender a essas exigências regulatórias, enquanto demonstram aos clientes e parceiros comerciais compromisso com a ética e a responsabilidade. Sistemas de IA que estão alinhados com boas práticas e padrões internacionais (como normas da ISO e o NIST AI RMF) apresentarão diferenciais competitivos, melhor navegando o complexo cenário regulatório.

[1] <https://oecd.ai/en/ai-principles>

Mesmo sem legislação específica, empresas já enfrentam fiscalização ativa de reguladores. Além disso, decisões judiciais e processos administrativos relacionados ao uso de IA já estão moldando as práticas do mercado.

Nesse contexto, a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados** (“ANPD”) instaurou procedimentos administrativos contra empresas de tecnologia no Brasil para investigar suas práticas relacionadas ao treinamento de sistemas de IA generativa. A preocupação da ANPD com a regulamentação do tema é também evidenciada por sua recente tomada de subsídios sobre o tema, bem como sua agenda regulatória para o biênio 2025-2026[1], a qual inclui o estabelecimento

de parâmetros interpretativos para a aplicação do art. 20 da LGPD, que dispõe sobre o direito de revisão de decisões automatizadas.

Imagine sistema de IA que decida quem recebe um empréstimo, quem é admitido em uma universidade, quem ocupa uma vaga de emprego, quem deve ser demitido ou até que diagnóstico ou tratamento um paciente receberá. Se os dados usados forem enviesados ou imprecisos, as decisões podem ser injustas, discriminatórias ou até mesmo perigosas, de acordo com o nível de participação humana e governança para mitigar tais riscos. Além disso, a complexidade de algoritmos pode tornar difícil para as pessoas entenderem como essas escolhas são feitas,

## Por que governar a IA em um cenário de incerteza regulatória?

motivando maior reflexão e diligência acerca do princípio da transparência e do direito de revisão de decisões que afetam diretamente suas vidas.

A **Agência Nacional de Telecomunicações** (“ANATEL”) também intensificou sua missão de regular e supervisionar o uso de sistema de IA no setor de telecomunicações. A Agência solicitou informações de governança acerca de uma aplicação de IA, visando que decisões tomadas pela tecnologia sejam compreensíveis, auditáveis e justas, promovendo a confiança dos consumidores e garantindo seus direitos[2]. Por meio

de Ofícios enviados a empresas de tecnologia, como OpenAI, Google e Microsoft, a ANATEL explorou as implicações do uso da IA generativa no setor, incluindo os riscos de cibersegurança de tais sistemas[3]. Em suas metas para 2025, a ANATEL prevê a criação de normas específicas para o uso da tecnologia em redes de telecomunicações, reforçando seu compromisso com inovação, eficiência e proteção ao consumidor[4].

Igualmente, o **Superior Tribunal de Justiça** (“STJ”) já estabeleceu precedentes relevantes sobre o tema.

No Tema 710[3], por exemplo, foi definido o conteúdo mínimo de informações que devem ser fornecidas sobre perfiliação de crédito. Já no REsp 2.135.783-DF[4], o tribunal reconheceu o direito de usuários de aplicativos a obter explicações sobre descredenciamento, reforçando a importância de práticas éticas na aplicação de IA.

Na **Europa**, empresa de tecnologia foi multada por usar dados biométricos sem base legal e um banco por gravar e analisar automaticamente chamadas de clientes sem transparência e direito à oposição. No **Canadá** uma companhia

aérea foi condenada a indenizar cliente por erro do seu chatbot, que forneceu informações imprecisas a cliente acerca de passagens com desconto.

[1] <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-publica-agenda-regulatoria-2025-2026>

[2] <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/conselheiro-alexandre-freire-solicita-informacoes-detalhadas-sobre-algoritmo-de-vcinteligencia-artificial-utilizado-pela-vivo>

[3] <https://teletime.com.br/24/07/2024/anatel-questiona-google-microsoft-e-openai-sobre-riscos-de-ia-generativa/>

[4] <https://www.gov.br/anatel/pt-br/assuntos/noticias/anatel-registra-avancos-na-abordagem-do-tema-inteligencia-artificial>

[5] [https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas\\_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo\\_pesquisa=T&cod\\_tema\\_inicial=710&cod\\_tema\\_final=710](https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=710&cod_tema_final=710)

[6] <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?b=ACOR&livre=%28RESP.>

Por que governar a IA em um cenário de incerteza regulatória?

### 3. A IA como um novo pilar estratégico no ESG empresarial

A governança da IA está rapidamente se tornando pilar essencial para empresas que buscam operar de forma responsável e sustentável. Assim como as práticas ambientais e de compliance, que evoluíram para padrões globais, a governança de IA transcende as fronteiras regulatórias.

Empresas e executivos já entendem que se antecipar a uma governança robusta de IA é mais do que questão de conformidade; é requisito estratégico e de respeito a direitos e garantias fundamentais, garantindo também a confiança de stakeholders e a resiliência em mercados cada vez mais exigentes.

#### VOCÊ SABIA?

De acordo com uma pesquisa da Cisco realizada em 2023[1], 62% dos consumidores demonstraram preocupação com o uso de inteligência artificial (IA) pelas empresas, e 60% afirmaram já ter perdido a confiança em organizações devido a esse uso. Apesar disso, 48% dos entrevistados acreditam que a IA tem o potencial de melhorar suas vidas. No entanto, a maioria (77%) destaca a importância de que as organizações sejam responsáveis na utilização dessa tecnologia. Para mitigar essas preocupações, 72% dos consumidores afirmaram que se sentiriam mais confortáveis se as aplicações de IA fossem auditadas para evitar vieses, enquanto 75% desejam maior transparência e participação humana nos processos decisórios envolvendo IA.



Assim como práticas ambientais avançadas se tornaram diferencial competitivo e obrigação ética, a gestão responsável da IA está emergindo como componente indispensável da responsabilidade empresarial. Executivos devem considerar a governança de IA como parte integrante de suas estratégias ESG. Isso significa adotar princípios de transparência, não discriminação, segurança e ética

no desenvolvimento e aplicação de tecnologias de IA, com base nas normas já existentes. Empresas que ignoram essa necessidade correm o risco de perder credibilidade e espaço em mercado global que valoriza responsabilidade e inovação responsável.

[1] [https://www.cisco.com/c/dam/global/pt\\_br/products/security/pdfs/consumer-privacy-report-2023.pdf](https://www.cisco.com/c/dam/global/pt_br/products/security/pdfs/consumer-privacy-report-2023.pdf)

## 4. Governar IA é melhorar as condições de inovação e a eficiência operacional

Segundo o Gartner, até 2026, 80% das organizações utilizarão modelos ou interfaces de programação de aplicações de IA de propósito geral ou implementarão soluções com essas tecnologias[1].

Em cenário tão dinâmico, garantir processos eficientes na implementação e gestão de soluções de IA é crucial para a competitividade das empresas. A adoção de práticas de governança de IA hoje resulta em bons resultados no presente e futuro, ao exigir a reflexão sobre a estratégia de negócios baseada em IA, mapear as soluções existentes, evitar gastos desnecessários com aplicações redundantes, investimentos em projetos incompatíveis com as

regulamentações vigentes, entre outros riscos.

### VOCÊ SABIA?

O Gartner prevê que, até 2026, as organizações que adotarem IA de forma ética e responsável experimentarão melhoria de 50% nos resultados de negócios e na aceitação dos usuários[2].

Investir em governança de IA agora é garantir resultados mais eficazes e alinhados com a estratégia de negócio.

[1] <https://tiinside.com.br/23/10/2023/gartner-preve-que-mais-de-80-das-empresas-usarao-apis-de-inteligencia-artificial-generativa-ate-2026/>

[2] <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-confianca-digital-e-o-custo-da-inacao.ghtml>

## 5. Quais são os riscos que podem decorrer da falta de governança de IA?

A ausência de medidas adequadas de governança de IA pode gerar inúmeros riscos, muitos dos quais acarretam impactos significativos para as pessoas afetadas. Além disso, a materialização desses riscos pode implicar em violação de normas legais e regulatórias em vigor, especialmente a LGPD. Embora os riscos específicos variem de acordo com a aplicação da IA, destacamos os seguintes:

**Ausência de Qualidade dos Dados:** pode ocorrer quando o resultado da IA apresenta baixo desempenho ou precisão, implicando em resultados ou decisões injustas, inapropriadas ou não satisfatórias. Pode ser encarado como violação ao princípio da qualidade dos dados, vez que a Autoridade de Dados do Reino Unido (ICO) entendeu que ele abrange a acuracidade estatística da IA[1].

**Vieses Discriminatórios:** pode ocorrer quando há indícios de discriminação ilícita nos resultados gerados, refletindo estereótipos ou padrões discriminatórios, ou existência de falhas no design que dificulte ou impossibilite o uso de IA por determinados grupos de pessoas – seja por questões relacionadas a acessibilidade, seja pela inadequação da IA para aquele grupo demográfico. Esse risco pode implicar em violação ao princípio da não discriminação, da LGPD.

**Exposição de Dados:** é a violação de confidencialidade de dados pessoais, segredos de negócio, know-how ou outras informações sigilosas, em decorrência da solução de IA, seja por falhas de governança ou do sistema, seja por ciberataques. Pode implicar em violação ao princípio da segurança, da LGPD.

### Violação de direitos de terceiros:

pode ocorrer quando há violação de direitos de propriedade intelectual ou de personalidade de terceiros, em razão do desenvolvimento ou utilização da solução de IA. Pode implicar na violação de normas de propriedade intelectual, como a Lei de Direitos Autorais, Lei de Propriedade Industrial e o Código Civil.

### Ausência de transparência:

pode ocorrer nos casos de não fornecimento, às pessoas afetadas, de informação apropriada a respeito do desenvolvimento ou aplicação de soluções de IA. Pode implicar em violação ao princípio da transparência, previsto na LGPD, caso o titular não seja informado sobre o uso de seus dados para treinar ou aplicar IA[2].

### Ausência de Explicabilidade:

é a incapacidade de fornecimento às pessoas afetadas de informações apropriadas e compreensíveis a respeito de como a solução de IA chegou a

determinado resultado. Pode implicar em violação aos dispositivos que tratam do fornecimento de informações sobre a tomada de decisões automatizadas previstos na LGPD, ou mesmo do direito à informação.

### Perda de Autonomia Humana:

é o risco de redução da liberdade da pessoa humana às máquinas, bem como da sujeição a decisões inadequadas. Pode implicar em violação aos dispositivos que tratam da revisão das decisões automatizadas previstos na LGPD quando a organização não adota procedimento de revisão humana, de acordo com o risco da IA.

[1] <https://ico.org.uk/for-organisations/uk-gdpr-guidance-and-resources/artificial-intelligence/guidance-on-ai-and-data-protection/what-do-we-need-to-know-about-accuracy-and-statistical-accuracy/>

[2] <https://ico.org.uk/for-organisations/uk-gdpr-guidance-and-resources/artificial-intelligence/guidance-on-ai-and-data-protection/how-do-we-ensure-fairness-in-ai/>





*Por que governar a IA em um cenário de incerteza regulatória?*

## 6. Framework para governar IA em um cenário de incerteza regulatória

Em cenário no qual a regulação está em constante evolução, contar com governança sólida e baseada em boas práticas reconhecidas internacionalmente é essencial. Isso garante que sua estrutura de governança esteja preparada para se adaptar a futuras regulamentações de forma ágil, eficiente e com o menor custo possível. Inspirado nos principais padrões globais, como a NBR ISO 42001:2024, o NIST AI RMF, a IAPP-AIGP, o EU AI Act e o texto atual do PL nº 2.338/2023, **o VLK Advogados desenvolveu framework customizado de governança de IA para**

**esse momento de incerteza regulatória**, mas que já demanda medidas de accountability.

**Entendemos que um programa de governança de IA bem-sucedido e benéfico é aquele que esteja integrado à estratégia do negócio e à estrutura de governança já existente.** Nosso framework é estruturado em seis fases, que garantem uma implementação contínua, robusta, sustentável e alinhada às exigências do mercado, normas atuais e tendências futuras. Segue o seu sumário executivo:



### 1. Definição da Estratégia de IA e Avaliação da Governança Existente:

é essencial que o programa esteja integrado à estratégia e visão de negócio e à estrutura de governança digital já existente para identificação de sinergias.

### 2. Mapeamento das Aplicações de IA e dos Requisitos Legais:

Identificar os projetos de IA planejados, em desenvolvimento e os já colocados em uso, visando enquadrar a empresa como agente de IA em cada etapa do ciclo de vida de cada aplicação (desenvolvedor, aplicador ou distribuidor) e determinar o seu grau de risco (avaliação preliminar). Essa análise permite alinhar práticas de governança a serem implementadas às necessidades específicas concretas de cada aplicação, de acordo com as legislações existentes.



### 3. Estruturação da Governança de IA:

Identificação dos "gaps" que a estrutura organizacional e as aplicações de IA precisam preencher em alto nível para o alinhamento da estrutura de governança responsável por liderar esse processo, incluindo a avaliação de papéis, responsabilidades e critérios para o gerenciamento de riscos. Esse planejamento direciona os esforços para reduzir lacunas e garantir que a governança esteja plenamente integrada e operacional.



### 4. Documentação das Políticas de IA:

Com a estrutura de governança alinhada, é necessário transformá-la em políticas, normas e modelos vinculantes aplicáveis a toda a organização. Essa etapa tem como objetivo a normatização da estrutura de governança, atribuindo poderes, garantias e responsabilidades adequados aos diferentes agentes envolvidos no ciclo de vida da IA, assegurando clareza, uniformidade e aderência aos princípios e objetivos estabelecidos.

### 5. Execução de Plano de Conformidade para Aplicações Existentes:

Corrigir os gaps identificados nas aplicações de IA, incluindo a elaboração e revisão de contratos e documentos relevantes, como: realização de Avaliações de Impacto Algorítmico para soluções de IA de alto risco; políticas de uso aceitável; garantia de transparência adequada para as pessoas impactadas pela IA, promovendo conformidade e confiança nos processos; matriz de risco dinâmica para o uso de IAs de Propósito Geral e Generativa de terceiros; modelos para gestão de risco de fornecedores que utilizam IA.



### 6. Aculturação, Manutenção Ativa e Avaliação Contínua:

O plano de estruturação da governança de IA foi executado, mas, como qualquer sistema de governança, ele deve ser vivo, continuamente reforçado e aprimorado. Para isso, é fundamental a implementação de ações de aculturação (como treinamentos e guias visuais), desenvolvimento de KPIs para monitoramento constante e definição de requisitos a serem considerados em auditorias futuras, entre outras medidas. Essas ações garantem que a governança de IA permaneça alinhada às necessidades da organização e aos avanços tecnológicos e seja continuamente reforçada e aprimorada com o objetivo de assegurar sua sustentabilidade.



Direito,  
Inovação  
& Tecnologia

E-book "Por que governar a IA no cenário de incerteza regulatória?",  
de 29 de janeiro de 2025.

CC BY-ND - Esta licença permite cópia e distribuição do material em  
qualquer meio ou formato apenas de forma não adaptada e apenas desde  
que a atribuição seja dada ao criador. A licença permite o uso comercial.

